



DIÁRIO DO GOVÉRNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$60

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS	
As 3 séries	Ano 240\$
A 1.ª série	90\$
A 2.ª série	80\$
A 3.ª série	60\$
Semestre	150\$
	48\$
	43\$
	43\$
	43\$

Para o estrangeiro e colônias acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 2850 a linha, acrescido do respectivo imposto do sítio. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10:112, de 24-IX-1934, têm 40 por cento de abatimento.

SUMÁRIO

Ministério da Guerra:

Declaração de ter sido autorizada a transferência de uma verba dentro do capítulo 16.º do orçamento do Ministério.

Ministério da Marinha:

Portaria n.º 10:475 — Determina que se considere abatido ao efectivo dos navios da armada nacional, em 31 de Julho de 1941, o navio hidrográfico *Beira*.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações:

Decreto n.º 33:021 — Introduz algumas alterações no regulamento do betão armado, aprovado pelo decreto n.º 25:948.

MINISTÉRIO DA GUERRA

5.º Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Em virtude do preceituado no artigo 7.º do decreto-lei n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, declara-se, para os devidos efeitos, que S. Ex.º o Sub-Secretário de Estado da Guerra autorizou, por seu despacho de 11 de Agosto corrente, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do decreto-lei n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, a transferência no orçamento do Ministério da Guerra em vigor no actual ano económico a seguir mencionada:

CAPÍTULO 16.º

Serviço de Administração Militar

Depósito Geral de Fardamentos

Artigo 441.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

Da verba do n.º 2) «Pessoal contratado não pertencente aos quadros» para a verba do n.º 3) «Pessoal assalariado (salários do pessoal advenitivo)» 75.000\$00

5.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 26 de Agosto de 1943.—O Chefe da Repartição, *Ildefonso Ortigão Peres*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Superintendência dos Serviços da Armada

Portaria n.º 10:475

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, que se considere abatido ao efectivo dos navios da armada nacional, em 31 de Julho de

1941, o navio hidrográfico *Beira*, por, devido ao seu mau estado de conservação, haver sido julgado inútil para o serviço.

Ministério da Marinha, 2 de Setembro de 1943.—O Ministro da Marinha, *Manuel Ortins de Bettencourt*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Decreto n.º 33:021

Reconhecendo-se a necessidade de se introduzir algumas alterações ao regulamento do betão armado, aprovado pelo decreto n.º 25:948, de 16 de Outubro de 1935;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. Os artigos 2.º, § único, 4.º, 6.º, 7.º, 9.º, 10.º, alínea e), 21.º, 22.º, 24.º, 49.º, § único, e 64.º, § 2.º, do regulamento do betão armado, aprovado pelo decreto n.º 25:948, de 16 de Outubro de 1935, passam a ter a seguinte redacção:

Artigo 2.º

§ único. Em obras correntes, tais como pavimentos e coberturas formadas por lajes e vigas assentes em muros ou pilares de betão armado, desde que estes não formem pórtico com as vigas e pilares submetidos à compressão simples, poderão os respectivos projectos ser também elaborados por engenheiros industriais e por diplomados com o curso de construções civis e obras públicas que tenham direito ao título de engenheiro auxiliar ou de agente técnico de engenharia.

Artigo 4.º As obras parcial ou totalmente feitas de betão armado serão dirigidas, na parte em que fôr empregado êste material, por engenheiros civis, por diplomados com os cursos referidos no § único do artigo 2.º e por condutores de obras públicas e minas.

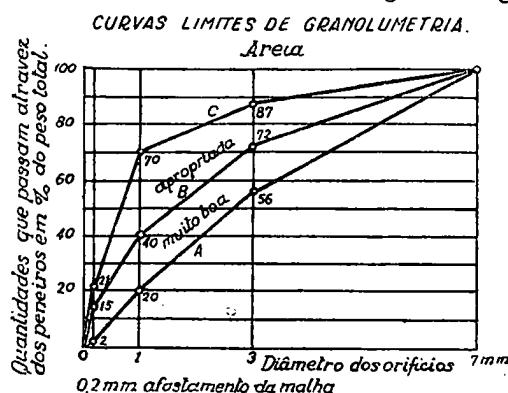
§ único. A entidade oficial que aprovar o projecto ou a que exercer, directa ou indirectamente, a fiscalização da obra poderá exigir que esta seja dirigida por engenheiro civil nos casos em que o grau da responsabilidade da obra o aconselhe.

Artigo 6.º *Areia*. — A areia, constituída por grãos de dimensões variáveis e inferiores a 7 milímetros, deve satisfazer às seguintes condições:

a) Ser rija, limpa e lavada, isenta de argila e de substâncias orgânicas, gesso ou outras impurezas que possam prejudicar a presa ou a resistência do betão;

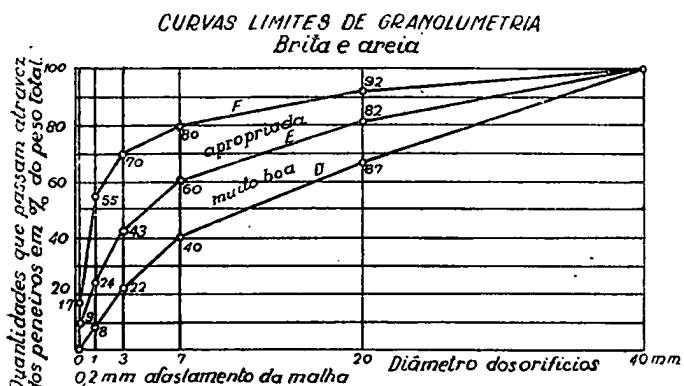
b) Conter, pelo menos, um terço de grãos de dimensões inferiores a 1 milímetro;

c) Ser graduada de forma que a curva da sua composição granulométrica fique compreendida entre as curvas limites indicadas no gráfico seguinte:



Artigo 7.º Pedra.

§ único. A composição granulométrica da pedra britada e areia será estabelecida por meio de ensaios antes do início da obra, de maneira que a respectiva curva fique compreendida entre as duas curvas limites do gráfico seguinte:



Considerar-se-á uma boa granulometria aquela cuja curva fique compreendida entre as linhas *D* e *E*, sendo ainda admissível para os trabalhos de menor responsabilidade a zona compreendida entre as linhas *E* e *F*.

Em casos especiais poder-se-ão adoptar outras escalas granulométricas, mediante prévia aprovação do Ministro das Obras Públicas e Comunicações.

Artigo 9.º

- a)
- b)
- c)

§ único. Consideram-se aços especiais de alta resistência os que apresentarem as seguintes características mínimas:

Carga de rotura — 5:200 kgs/cm².

Alongamento — 20 por cento.

Art. 10.º

e) Na construção de edifícios em partes sujeitas às acções das intempéries ou da umidade poderá empregar-se a dosagem de 270 quilogramas de cimento por metro cúbico de betão apilado, desde que haja especial cuidado na escolha dos materiais, sua composição granulométrica e na execução dos trabalhos. Neste caso deverá observar-se o disposto no § único do artigo 21.º quanto aos cálculos, execução e fiscalização dos trabalhos. Nas mesmas condições, poderá empregar-se a dosagem de 250 quilogramas de cimento por metro cúbico de betão apilado na construção das partes dos edifícios protegidas contra as acções das intempéries ou da umidade.

Artigo 21.º

A) Edifícios

Os limites de fadiga à compressão simples (suportes sem encurvadura) e à compressão resultante da flexão simples ou composta serão os seguintes:

Natureza da compressão	Limites em kgs/cm ²	
	Em geral	Máximo
a) Compressão simples:		
1) Betão de cimento Portland normal	45	
2) Limite dependente da resistência <i>C</i> dos cubos	<i>C</i>	60
	3,5	
b) Compressão resultante da flexão simples e composta:		
1) Betão de cimento Portland normal	50	
2) Limites dependentes da resistência <i>C</i> dos cubos	<i>C</i>	65
	3	

Os limites indicados na alínea b) poderão ter um aumento de 10 quilogramas, e por uma só vez, nos seguintes casos:

Secções rectangulares cheias, com 20 centímetros de altura pelo menos (lajes ou vigas);

Lajes armadas em cruza e lajes fungiformes, com espessura de 8 centímetros;

Vigas em T na região dos momentos negativos; Vigas e pilares de pórticos;

Arcos e abóbadas.

Para as lajes com menos de 8 centímetros de espessura os limites de fadiga serão os indicados na alínea b), diminuídos de 10 kgs/cm², excepto para a zona comprimida das em T.

B) Pontes

Nas pontes os limites de fadiga de betão para as diferentes partes da construção serão os seguintes:

Elementos das pontes	Limites em kgs/cm ²			
	Estradas		Caminhos de ferro	
	Em geral	Máximo	Em geral	Máximo
a) Suportes sem encurvadura :				
1) Betão de cimento Portland normal	35		30	
2) Limite dependente da resistência <i>C</i> dos cubos	<i>C</i>	50	<i>C</i>	40
	4		5	
b) Lajes, vigas e suportes sujeitos a flexão composta :				
1) Betão de cimento Portland normal	45		40	
2) Limite dependente da resistência <i>C</i> dos cubos	<i>C</i>	60	<i>C</i>	50
	3,5		4	
c) Arcos e abóbadas :				
1) Betão de cimento Portland normal	55		50	
2) Limite dependente da resistência <i>C</i> dos cubos :				
Para vãos — 80 metros	<i>C</i>	80	<i>C</i>	70
	3		3,5	
Para vãos — 80 metros	<i>C</i>	90	<i>C</i>	80
	3		3,5	

Nas pontes de estrada os limites da alínea b) poderão ser aumentados de 5 kgs/cm² na região dos momentos negativos das vigas em T.

C) Obras de betão não armado em elementos de pontes

Partes da obra	Limites de fadiga do betão à compressão em kgs/cm ²	
	Em geral	Máximo
<i>a) Abóbadas de betão simples:</i>		
1) Em geral:		
Para vãos — 60 metros	$\frac{C}{5}$	50
Para vãos — 60 metros	$\frac{C}{5}$	60
2) Se fôr observado o disposto no § único dêste artigo.	$\frac{C}{5}$	65
<i>b) Suportes, pilares e encontros em betão simples:</i>		
1) Em geral	$\frac{C}{5}$	30
2) Se fôr observado o disposto no § único dêste artigo.	$\frac{C}{5}$	50

Não serão admitidas fadigas do betão à tracção. Estes limites serão considerados tanto para pontes de estradas como de caminhos de ferro.

§ único.

Art. 22.^º *Limites de fadiga do aço.* — Os limites de fadiga do aço à tracção serão os seguintes:

A) Edifícios

Elementos da construção	Limites em kgs/cm ²	
	Aço normal	Aço de alta resistência
Em geral	1:200	1:500
Para armaduras de diâmetro = 26 milímetros, com exceção das empregadas nas lajes com menos de 8 centímetros de espessura	1:400	1:800

B) Pontes de estrada

Elementos da construção	Limites em kgs/cm ²	
	Aço normal	Aço de alta resistência
Em geral	1:200	1:500
Para armaduras de diâmetro = 26 milímetros de lajes com espessura igual ou maior que 18 centímetros	1:400	1:800

Nas pontes de caminhos de ferro os limites de fadiga serão sempre de 1:200 kgs/cm² para o aço normal e 1:500 kgs/cm² para o aço de alta resistência.

§ único. Sempre que se adoptarem limites superiores a 1:200 kgs/cm² para o aço normal e 1:500 kgs/cm² para o aço de alta resistência, será observado o disposto no § único do artigo 21.^º e deverá empregar-se betão com carga de rotura não inferior a 225 kgs/cm² aos vinte e oito dias.

Artigo 24.^º *Tensões de aderência.* — Quando só existam varões rectilíneos, com ou sem estribos, a tensão de aderência será calculada pela fórmula

$$\frac{T}{u z}$$

em que u é o perímetro total das secções dos varões na secção considerada.

O limite da tensão de aderência será de 6 kgs/cm².

No caso em que haja varões levantados que juntamente com os estribos possam resistir à totalidade das tensões oblíquas de tracção, bastará entrar em conta com metade do esforço transverso no cálculo das tensões de aderência das armaduras de tracção.

Se a tensão de aderência exceder 6 kgs/cm² empregar-se-ão varões de menor diâmetro ou adoptar-se-ão dispositivos especiais convenientes nas extremidades dos varões, tais como placas ou varões de travamento, sempre que a aderência dos ganchos extremos, devidamente verificada pelo cálculo, não assegure a necessária amarração.

Não é necessário o cálculo da aderência para as armaduras de compressão.

Será dispensada a verificação de aderência para varões com diâmetro igual ou inferior a 20 milímetros em lajes com armaduras cruzadas ou de distribuição que estejam convenientemente amarradas às armaduras principais.

Artigo 49.^º

§ único. As lajes contínuas, rigidamente ligadas às vigas de apoio, cujos vãos, contados entre os centros das referidas vigas, não excedam 2^m, 50, poderão ser consideradas como independentes e encastradas, tanto para a determinação dos momentos flectores nos vãos e nos apoios, devidos à carga permanente, como para a dos momentos nos apoios devidos às sobrecargas. Os momentos ao meio dos vãos produzidos pelas sobrecargas serão a média aritmética dos momentos na hipótese de encastramento completo e de apoio livre do vão isolado.

Para ter em conta os momentos negativos dever-se-á colocar uma armadura superior cuja secção total seja, pelo menos, $\frac{1}{3}$ da secção da armadura inferior.

Artigo 64.^º

§ 2.^º O ferro será ensaiado em barretas com a secção empregada nas armaduras; mas se estas exigirem uma potência superior às das máquinas dos laboratórios de ensaios, as barretas poderão ser torneadas pelo diâmetro de 25 milímetros.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 2 de Setembro de 1943. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Duarte Pacheco.